



Política e Ciências Sociais nos semanários *Opinião* e *Movimento* (1972-1981).

HUGO ALEXANDRE DE LEMOS BELLUCCO*

Durante a década de 1970, algumas iniciativas editoriais propiciaram uma convergência entre a chamada “frente ampla” pela democratização política e o movimento editorial conhecido como a “imprensa alternativa”. Neste trabalho, pretende-se demarcar o espaço ocupado pela produção dos cientistas sociais, principalmente daqueles ligados à USP e ao CEBRAP, nas páginas dos semanários *Opinião* e *Movimento*, bem como a sua importância na formulação, na difusão e na organização do discurso da frente de oposição ao regime militar, durante a década de 1970.

Para compreender a importância daqueles dois órgãos da chamada “imprensa alternativa” para a aproximação entre o trabalho sociológico realizado na universidade e o debate político, é necessário apresentar o perfil e a trajetória de *Opinião* e *Movimento*, que são considerados na historiografia, ao lado do *Pasquim*, os “alternativos” de maior expressão e visibilidade. O primeiro problema a ser considerado, portanto, é a posição de *Opinião* e *Movimento* dentro do conjunto heterogêneo da chamada imprensa alternativa. Esse procedimento é importante para percebê-los como uma experiência histórica delimitada em um contexto e reconhecida como tal, o que exige a consideração da circunstância em que os seus textos foram lidos e produzidos.

Opinião apareceu nas bancas em 1972. Com o projeto, o empresário Fernando Gasparian¹ e o editor Raimundo Pereira² pretendiam criar um jornal político que fosse, ao

* Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense e bolsista CAPES.

¹ Fernando Gasparian (1930-2006), empresário paulista do setor têxtil, formado em engenharia na Universidade Mackeize, presidente da UNE em 1951, colaborador do governo Jango, cassado pelo golpe de 1964, dono da editora *Paz e Terra* a partir de 1973. Gasparian teve participação ativa na política brasileira ao longo de três décadas. Foi filiado ao PSB na década de 1950 e seria deputado constituinte pelo PMDB, em 1986.

² Raimundo Pereira (1940-), pernambucano de Exu criado no interior de São Paulo, formado em engenharia pelo ITA, iniciou sua trajetória na imprensa política no jornal *Amanhã*, fundado em 1967. Ex-repórter de



2

mesmo tempo, um lugar de ressonância para a intervenção de intelectuais perseguidos pelo governo. Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Celso Furtado e Francisco Weffort foram alguns de seus principais colaboradores acadêmicos. Distribuído nacionalmente, com uma tiragem média de vinte e cinco mil exemplares, durou até 1977, quando as condições de funcionamento sob a censura prévia passaram a inviabilizar a sua continuidade. Em 1975, uma dissidência liderada por Raimundo Pereira levaria à criação de *Movimento*. Este último jornal contou com a participação de todos os cientistas sociais que participavam de *Opinião*, colocava o debate político no centro de suas preocupações e teve vida breve. Existiu até 1981 e representou o desdobramento mais importante do periódico fundado por Gasparian. Conhecido como um dos mais influentes jornais “alternativos”, *Movimento* pretendia - como seu antecessor - constituir-se como “frente política”.

O último número de *Opinião* faz um retrospecto da proposta do jornal e se despede dos leitores, lembrando o compromisso de produzir “um diálogo fecundo, dos intelectuais entre si e deles com o país”³. Nesse número, as matérias liberadas pela censura prévia foram substituídas por um longo editorial, uma matéria sobre “Os Rumos do MDB” e o artigo “Para que Serve o Intelectual?”, de Roland Barthes. Junto ao editorial, uma nota do Conselho de Colaboradores⁴ falava do empenho em “prestigiar a inteligência brasileira”, assumido ao longo de sua trajetória, e afirmava:

Assim procedendo, permitimos a toda uma geração de jovens cientistas sociais de quebrarem seu isolamento; a toda uma geração de novos jornalistas de romperem a barreira do anonimato a que fatalmente estariam condenados em outras publicações; a toda uma geração de brasileiros de recusarem o entorpecente da alienação.

Realidade, Veja e Folha da Tarde, editor-chefe de *Opinião* e idealizador do projeto de *Movimento*. Na década de 1970, aproximou-se da Ação Popular e do PC do B. Coordena hoje a revista *Retrato do Brasil* e o projeto *Oficina de Informações*.

³ “Fim de Uma Etapa”, *Opinião*, 01/04/1977, n. 230, p.2.

⁴ O conselho de colaboradores de *Opinião* é apresentado como uma “reunião de intelectuais de diferentes horizontes políticos”. A nota é assinada por Antonio Callado, Antonio Candido, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Celso Furtado, Millôr Fernandes, Paulo Emílio Salles Gomes, Alceu Amoroso Lima, Luciano Martins, Francisco Weffort e Francisco de Oliveira.

O editorial, que rendeu a Gasparian um processo por desobediência civil, lembrava ainda da mudança das condições de trabalho com a política de controle e vigilância consagrada no AI-5, dos expurgos de professores universitários, da tentativa de silenciamento das atividades de oposição e do controle da produção cultural e científica. Esse conjunto de fatores inspirara a própria criação daquele semanário e também de *Movimento*.

O manifesto de fundação de *Movimento*, intitulado “Nasce um Jornal”⁵ e publicado em 1975 como um suplemento de seu primeiro número, afirma o propósito de radicalizar a proposta do jornal de Gasparian, citado como uma experiência percussora que *Movimento* tentava aprofundar em busca de uma “imprensa popular” com objetivos programaticamente definidos: “(...) acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas; pela melhoria da qualidade de vida da população; contra a exploração do país pelos interesses estrangeiros(...)”⁶. A partir dessa ênfase nacionalista e popular, o manifesto de origem de *Movimento* lembrava que o jornal constituía-se como uma cooperativa sem patrões, e um veículo ligado a diferentes correntes políticas da oposição, apresentando-se como um órgão voltado para a classe trabalhadora e dedicado à discussão sobre os rumos do país a partir de um ponto de vista democrático. *Movimento* foi fundado por Raimundo Pereira, editor-chefe e um dos idealizadores de *Opinião*, em virtude do tensionamento das divergências políticas entre Pereira e o dono do jornal, Gasparian, e ao desejo de criar um jornal gerido democraticamente, por um coletivo de cotistas reunidos periodicamente em assembléias onde se decidia desde a linha editorial e política do semanário.

A partir de 1972, a existência de uma “frente ampla” de oposição no campo da imprensa reunindo diferentes setores já se revelava na pujança dos jornais e revistas oposicionistas, que ocorriam em sintonia com o aparecimento de diversos movimentos de

⁵ “Nasce um Jornal”, *Movimento*, 07/07/1975, n.0, p.04.

⁶ idem.



4

base e da ascendência política do movimento operário, assim como na politização de espaços públicos de debate intelectual como, por exemplo, os congressos da SBPC, o ressurgimento das associações de bairro, os debates do Teatro Casa-Grande, no Rio de Janeiro, e muitos outros fóruns de protesto e reivindicação. Determinadas formulações acadêmicas sobre a história do país elaboradas nesse contexto passaram a adquirir visibilidade nas páginas de jornais e revistas ligados à *Paz e Terra*: jornal *Opinião*, revista *Argumento*, *Cadernos de Opinião* e *Ensaio de Opinião*. Esses órgãos possuíam um nítido perfil de esquerda e, embora não fossem publicações estritamente acadêmicas como *Cadernos CEBRAP* ou *Estudos CEBRAP*, contavam com a participação ativa de vários intelectuais oriundos da universidade, notadamente do CEBRAP.

A projeção dos cientistas sociais do CEBRAP nos quadros da frente oposicionista da década de 1970 esteve relacionada, simultaneamente, a uma reação à circunstância autoritária na universidade e à criação de novos espaços de divulgação cultural e científica possibilitada pelo crescimento do mercado de bens simbólicos. A profissionalização e a especialização observada na área das ciências sociais, junto ao crescimento da universidade e das pós-graduações, colaboraram para o desenvolvimento de um público leitor e proporcionaram um espaço inédito para o trabalho de intelectuais politicamente ativos ligados à universidade. Na indústria da comunicação impressa, inovações técnicas como a impressão em *offset* e o *fax* permitiam rapidez e barateamento dos custos na produção de jornais e revistas. Como lembrou recentemente um antigo colaborador de *Opinião* e *Movimento*, a “imprensa alternativa” da década de 1970 também cresce nesse propiciado tanto pelo desenvolvimento técnico como pelo desenvolvimento do mercado de bens culturais, aliados à presença de um público leitor mobilizado e afinado com as propostas daqueles jornais que se propunham a fazer uma oposição sistemática. Nas palavras de Flávio Aguiar:

A conjugação desses fatores – massas de produtores insatisfeitos com as suas condições de trabalho, meios técnicos em transformação, massa de leitores em



5

potencial insatisfeitos com o que liam – foi o caldo de cultura favorável para a proliferação da imprensa alternativa. (AGUIAR, 2008: 237)

A reflexão crítica das ciências sociais voltava-se, nas páginas de *Opinião* e *Movimento* para a ampliação de seus interlocutores, dentro de projetos editoriais que valorizavam a análise social e as narrativas voltadas para a afirmação de temáticas e linguagens novas no jornalismo. Tal postura, observada na rede dos jornais “alternativos”, se coloca contra a dicotomia entre trabalho cultural e expressão política já referida por Renato Ortiz (ORTIZ, 1988), ao analisar a reorganização da ideologia “nacional-popular” em bases empresariais, ligado a um processo mais amplo de mercantilização do setor cultural observado a partir dos anos 1950.

Periódicos como *Opinião*, *Movimento*, *Versus*, *Teoria e Debate*, *Ensaio de Opinião*, *Bondinho*, *Pasquim*, *Ex-* e muitos outros proporcionavam espaço para grupos diversos de críticos, cientistas, escritores, cartunistas e jornalistas. No caso de *Opinião* e *Movimento*, as discussões do CEBRAP, sobretudo da sociologia, da ciência política e da economia, traduziam-se em artigos de conjuntura que dialogavam diretamente com a pauta das oposições na década de 1970, quando as contradições do chamado “modelo de desenvolvimento” também informava e conferia interesse público a novos debates de economistas e sociólogos dedicados à revisão das interpretações sobre o capitalismo no Brasil⁷.

Fundado em 1969 com aporte financeiro da *Ford Foundation*, o CEBRAP aglutinou uma série de pesquisadores ligados à USP que foram cassados ou aposentados após o AI-5. Na conjuntura de meados dos anos 1970, a participação de seus membros nos diferentes espaços da oposição política é uma decorrência da experiência anterior das cassações naquela universidade e do cerceamento da produção cultural. Com a maioria de seus

⁷Entre os diversos trabalhos dos anos 1970 que realizaram essa revisão do desenvolvimento capitalista no Brasil, citamos dois que, à época, tiveram grande impacto: OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à Razão Dualista*, São Paulo: Boitempo, 2006 (a primeira edição é de 1972) e SERRA, José & TAVARES, Maria da Conceição. “Além da Estagnação” in: TAVARES, M. C. *Da substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.



6

membros formada por pesquisadores oriundos da USP e do grupo de estudos do *Capital* coordenado nos anos 1960 por José Artur Gianotti, a identidade intelectual do CEBRAP é formada na experiência política e institucional de seus membros.

Em *Opinião e Movimento*, destacam-se em quantidade de textos as figuras de Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Paul Singer e Francisco de Oliveira. Esses quatro personagens, autores de referências no pensamento social brasileiro, com trajetórias intelectuais distintas e polêmicas, tornaram-se ao longo daquela década homens de partido, participando tanto da elaboração dos programas do MDB a partir de 1974 quanto (à exceção de Fernando Henrique Cardoso) nas opções posteriores em torno da criação do Partido dos Trabalhadores. Ao mesmo tempo, seus estudos são reconhecidos como referência indispensáveis para o estudo da economia, da história e da política brasileiras. Suas trajetórias nos remetem diretamente à história do marxismo acadêmico no Brasil: Singer, Cardoso e Weffort integraram o círculo de estudos do *Capital* coordenado por José Artur Gianotti na década de 1960 e os quatro têm suas trajetórias ligadas intimamente à USP. Tornaram-se, naquela década, pensadores acadêmicos influentes e sujeitos ativos na política. Na segunda metade dos anos 1970, algumas nuances e diferenças já se tornariam explícitas, como evidenciam, por exemplo, a dissidência do CEDEC liderada por Weffort e José Álvaro Moisés e sua defesa da ação direta e da autonomia da classe operária, assim como os deslocamentos de Fernando Henrique Cardoso rumo a uma interpretação liberal da sociedade civil, da democracia e do Estado de direito. Francisco de Oliveira destoa pela sua atuação anterior na SUDENE e sua ligação mais próxima, embora crítica, com o legado de Celso Furtado e da CEPAL. Assim como os outros intelectuais mencionados, Oliveira também se voltou intensamente para a atuação jornalística e o exercício do debate político ao longo da década de 1970.

A produção desses intelectuais, naquele decênio, fornece uma imagem das preocupações principais do núcleo do CEBRAP mais atuante nos jornais em questão: Singer, Cardoso, Oliveira e Weffort direcionaram suas reflexões dentro de um marco geracional comum, e a partir dessa referência desenvolveram reflexões originais sobre a



7

sociedade brasileira veiculadas em diversas publicações consagradas da época, entre as quais estão: *Critica a Razão Dualista*, *A Crise do Milagre*, *Autoritarismo e Democratização* e *O Modelo Político Brasileiro*, *O Populismo na Política Brasileira*. Esses estudos, assim como os livros publicados em co-edição pelo CEDEC e pela editora Paz e Terra⁸, formam um corpo de textos que dialogam com a intervenção de seus autores nos jornais alternativos. Tais publicações contemplam, junto a revistas como os *Cadernos Cebrap* e a *Revista de Cultura Contemporânea*, o fundamental das proposições teórico-políticas daqueles intelectuais na década de 1970.

De uma forma esquemática, pode-se dizer que a inovação sociológica daqueles autores em estudos seminais sobre aspectos políticos e econômicos da história brasileira contemporânea corresponde a uma questão básica para o projeto geral da chamada “escola sociológica paulista”: romper com as concepções dualistas que informavam uma parte da esquerda e impediam uma avaliação realista da justaposição entre modernização e arcaísmo que seria uma marca da história brasileira recente. Com essa recusa em comum das visões dualistas, buscou-se as particularidades de nossa formação social como modo específico de realização do sistema capitalista em seu desenvolvimento desigual. Em termos muito gerais, é a partir dessa constatação que uma série de interpretações conjunturais e conclusões políticas seriam desenvolvidas pelos sociólogos e economistas do CEBRAP na década de 1970.

Os artigos de Paul Singer em *Opinião e Movimento* dedicam-se principalmente à crítica do chamado “milagre econômico”, do modelo de desenvolvimento e da concentração de renda. Singer assinaria em *Movimento* a seção “economia popular”, onde se dedicou às problemáticas da concentração de renda e da inflação em tom didático, na tentativa de

⁸ Como exemplos dessas iniciativas editoriais, lembre-se de duas publicações coletivas que resultaram de comunicações desses intelectuais nos congressos da SBPC e em pesquisas encomendadas pela arquidiocese de São Paulo: MOISÉS, José Álvaro et alli. *Cidade, Povo e Poder*. São Paulo: Paz e Terra-CEDEC, 1977; OLIVEIRA, Francisco et alli. *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*. São Paulo: Paz e Terra-CEDEC, 1976; BRANDT, Vinicius Caldeira & SINGER, Paul (orgs.). *São Paulo: O Povo em Movimento*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980; CAMARGO, Candido Procópio Ferreira. *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1976.



8

contrariar a idéia de “crescer para depois dividir o bolo”, que perpassava a política oficial. O retorno da inflação era um fato, e integrava o conjunto de temas ligados à preocupação “popular” de Movimento. Nessa mesma conjuntura, o MCV (“Movimento do Custo de Vida”), em São Paulo, ameaçava ultrapassar a dimensão pontual do consumidor e desdobrava-se em questionamentos sobre a política econômica do regime. Os artigos de Fernando Henrique Cardoso, mais numerosos, abordam um espectro mais amplo de assuntos, mas, sobretudo, o tema da crítica às visões políticas do ISEB e do PCB, ao lado da discussão sobre o vínculo entre autoritarismo, multinacionais, tecnocracia e desenvolvimento dependente. Os artigos de Francisco Weffort dedicam-se, em sua maioria, à ação voluntária dos grupos organizados da “sociedade civil” e do regate da autonomia da ação da classe operária na história recente do país. Francisco de Oliveira, principalmente em *Movimento*, do qual foi um membro dos mais ativos, realizou análises conjunturais da economia e críticas ácidas da política econômica do governo, e também escreveu intervenções de caráter político em torno da criação do PT e do papel da SBPC. Nesse variado leque de assuntos presente na colaboração desses cientistas sociais na “imprensa alternativa”, sobressaem duas grandes séries temáticas associadas: o debate sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro e a questão da participação política e da democracia. Essa apresentação sumária da intervenção desses cientistas sociais em *Opinião e Movimento* confere somente uma imagem geral dos temas dos autores ligados ao CEBRAP nos dois semanários. Note-se que uma análise mais detida dos textos poderia esclarecer em detalhes as visões, polêmicas e posicionamentos de cada um, o que ainda não será feito aqui.

Observa-se a mobilização da reflexão acadêmica rumo à tentativa de criar, no espaço desses jornais, um discurso contra-hegemônico sobre as questões sociais e políticas. Tal tentativa, entretanto, via-se extremamente dificultada por fatores que ultrapassavam o esforço daqueles intelectuais. Entre esses fatores “externos”, destacam-se a existência da censura e a despolitização promovida pelo regime com a complacência dos grandes jornais, destacando e isolando iniciativas como as de *Movimento* e *Opinião*, que mesmo assim



9

chegaram a alcançar tiragens significativa e tornar-se referências importantes para o público-leitor situado à esquerda do debate político.

As reflexões de Antonio Gramsci sobre os intelectuais e suas relações com as lutas por hegemonia incidem sobre problemas que perpassam a experiência dos cientistas sociais em *Opinião e Movimento*. Em seguida, algumas breves reflexões sobre sua visão do jornalismo e dos intelectuais, para desenvolver instrumentos de leitura adequados à crítica histórica da participação dos membros do CEBRAP em *Opinião e Movimento*.

A conhecida reflexão de Gramsci sobre o Estado remete a uma crescente complexidade que corresponde à multiplicação, nas sociedades ocidentais, dos aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil. No esquema teórico gramsciano, há uma ênfase nos elementos políticos de práticas que escapam do âmbito do estado restrito, embora com ele se relacionem, pois a hegemonia das classes dominantes opera por meio da força combinada ao consentimento, identificado à universalização de suas visões de mundo. O interesse de Gramsci pela problemática dos intelectuais liga-se, então, à sua noção ampliada do Estado e da política, bem como à relevância do problema do consenso e da cultura para a luta de classes, tanto na teoria social como na estratégia do movimento comunista. Dentro de sua vasta reflexão sobre a política, onde a hegemonia e a configuração dos centros e movimentos intelectuais têm destaque, vamos nos deter mais de perto sobre sua concepção a respeito do papel do jornalismo e dos jornais.

Gramsci busca um conceito de jornalismo que é, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre as formas de escrever a história de um partido. Segundo sua visão ampliada do estado e da política, o pensador comunista sublinha a existência de “partidos” que exercem muitas vezes uma função indireta. Essa definição corresponderia, no texto sobre Maquiavel, à definição dos jornais como partidos:

Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas), são também ‘partidos’ ou ‘frações de partido’ ou ‘função de determinado partido.’(GRAMSCI, 1989:23)

Essa função assumida pelos jornais é correlata à ação dos intelectuais, que, em diferentes aparelhos de hegemonia – jornais, academias, escolas – participam da elaboração, da organização e da difusão de visões de mundo e projetos de sociedade. As notas de Gramsci sobre o jornalismo e sua tentativa de formular o conceito de “jornalismo integral” fazem parte dessa preocupação mais geral em torno das atividades culturais e da ação dos intelectuais. O jornalismo integral, cujo “programa” Gramsci tenta formular, seria aquele voltado não só para a satisfação das necessidades de seu público, mas dedicado a “criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área”. Tal esforço de elaboração teórica sobre o jornalismo se situa, então, dentro de sua preocupação com a ação dos intelectuais posicionados na rede de relações sociais que conferem sentido à sua existência como categoria. Por isso, sua análise dos vários tipos de periódicos volta-se não só para o conteúdo veiculado naqueles jornais, mas para o seu diálogo com as visões de mundo preexistentes dos diferentes grupos e frações de classe, bem como à sua função reprodutiva ou transformadora na cultura nacional. A reflexão de Gramsci sobre o jornalismo e os intelectuais possibilita uma iluminação recíproca dessas categorias, de seu papel estratégico tanto para o exercício das “funções subalternas da hegemonia” como na construção de movimentos críticos.

Dentro do movimento da imprensa alternativa, cada jornal abrigou um ou mais centros intelectuais com diferentes graus de participação. A caracterização da atividade dos cientistas sociais ligados ao CEBRAP em *Opinião e Movimento* como uma prática contra-hegemônica - e a definição desse jornais como “partidos”-, deve ser articulada em três dimensões: o mecenato político-editorial de Fernando Gasparian, um empresário nacionalista alijado do poder em 1964; sua aproximação, nos anos 1970, de um centro intelectual formado por sociólogos e economistas banidos da universidade; a existência de um público de classe média mobilizado, “insatisfeito e disponível”, que possibilita a própria existência da “imprensa alternativa” como fenômeno social relevante.



Todos esses fatores também indicam a formação de um campo disciplinar que não se refere somente às disputas intestinais da sociologia acadêmica, observando-se uma intensa produção intelectual que incidiu diretamente na vida política e no jornalismo de oposição. Em seus artigos, os membros do CEBRAP se dirigiam a interlocutores entre políticos, militantes, profissionais liberais e estudantes, que formavam o público-leitor dos jornais alternativos. Esse público formaria um dos núcleos dos organismos da chamada “sociedade civil”, junto ao novo sindicalismo e outros movimentos da classe trabalhadora, que formaria uma das principais forças políticas da diversificada “frente ampla” pela redemocratização do país. Núcleo intelectual de referência para uma fração de uma classe média politizada, os intelectuais do CEBRAP procuraram estabelecer e selecionar os termos legítimos do debate político na constituição de um “senso comum” da oposição. Sua presença em *Movimento* e *Opinião* reflete essa posição, por eles mesmos propiciada, de organizadores da frente oposicionista que uniu, na segunda metade da década de 1970, um setor mobilizado dos trabalhadores, uma fração dominada do empresariado e parte significativa da classe média, durante o esgotamento do modelo de desenvolvimento capitalista que sustentara a ditadura.

Uma leitura panorâmica desses jornais revela o papel dos cientistas sociais em processos como a ascensão do MDB como força política, na politização dos congressos da SBPC⁹, na configuração do Partido dos Trabalhadores. A ocupação de um espaço de destaque nos principais jornais de oposição da década de 1970 corresponde à sua condição de sociólogos politizados e membros de um centro dominante (a USP) no marxismo acadêmico e na hierarquia universitária das ciências sociais. Essa posição foi viabilizada por um movimento em duas direções: no interior do campo científico, pelo direcionamento de uma agenda de pesquisas que ia ao encontro das expectativas em torno dos movimentos sociais organizados e pela politização dos espaços de debate acadêmico; no campo

⁹ Os congressos da SBPC foram amplamente divulgados e debatidos nas páginas de *Opinião*, *Movimento* e *Ensaio de Opinião*, com a publicação de algumas de suas mesas-redondas e comunicações. CF. OLIVEIRA, Francisco. *Ensaio de Opinião-Estado, Ciência e Poder*, v.05, 1977; Sem autoria, “SBPC: o mito da neutralidade científica”, *Opinião*, n. 193, 16/07/1976. MOISES, José Álvaro, “A Opção da Autonomia”, *Movimento*, n.104, 27/06/1977.



12

editorial, pela tentativa de colocar em pauta para um público muito mais amplo que a academia a discussão de temas e problemas formulados, em grande parte, pelas pesquisas acadêmicas. Esse esforço voluntário em duas direções contou com o suporte institucional do CEBRAP e o capital científico coletivamente acumulado de seus membros, potencializados pelo mecenato do empresário e economista Fernando Gasparian, representante de uma fração minoritária, liberal e nacionalista, da burguesia industrial que apoiara o governo Jango e fora derrotada em 1964.

A pesquisa em andamento dedica-se à forma como a produção e a divulgação de certas interpretações da sociedade brasileira integraram o conjunto da intervenção política dos cientistas sociais. Esse problema envolve a própria afirmação da legitimidade da discussão sobre os papéis políticos do saber produzido na universidade e é uma questão incontornável para o estudo dos centros e movimentos intelectuais que, naquele contexto específico, constituíram-se como alguns dos principais sujeitos políticos da inacabada “transição democrática”. Ela se refere aos próprios fundamentos da atividade intelectual, na medida em que os diferentes projetos de democracia em jogo naquelas intervenções extrapolam o campo acadêmico e remetem às lutas sociais mais amplas que levariam, na passagem para a década de 1980, à crise final do regime político instaurado em 1964.

Finalmente, note-se que a margem de opções possíveis para as tentativas de ampliar o alcance social do conhecimento produzido no pequeno círculo dos especialistas foi um dos temas mais presentes nos jornais, como demonstra a ampla cobertura e divulgação dos congressos da SBPC e certas intervenções pontuais. Entre essas intervenções, há um texto assinado pela figura central da chamada “sociologia paulista”, mas que não participara do grupo do *Capital* ou do CEBRAP, e tivera uma atuação discreta nas páginas de *Movimento*. Em 1975, Florestan Fernandes assinaria em *Opinião* o texto “Tirando o Socialismo da Quarentena”¹⁰, cujo título anuncia uma ordem de preocupações que só iria acentuar, na trajetória do autor de *A Revolução Burguesa no Brasil*, seu posicionamento cada vez mais explícito pela revolução socialista. Por dentro da reflexão do título, o tema de fundo é o

¹⁰ FERNANDES, Florestan. “Tirando o socialismo da quarentena”, *Opinião*, 20/06/1975.

13

engajamento dos cientistas e a questão controversa da autonomia das ciências sociais. Ao lado da defesa da objetividade científica, Florestan afirma nesse texto que a omissão é uma ameaça à própria autonomia do campo. Nas suas palavras, “a omissão conduz à neutralização da ciência e à associação aos processos espúrios pelos quais se corrompe a investigação sociológica”. É importante frisar que essa “neutralização política” da ciência na civilização burguesa levaria Florestan à afirmação militante do socialismo como o único modo de infundir na investigação sociológica uma dimensão prospectiva e autônoma.

Nas sociedades de capitalismo dependente e periférico, diria ainda Florestan, esse imperativo histórico teria colocado para o trabalho sociológico, desde o início de sua institucionalização, uma escolha entre a reprodução consciente e subordinada da ordem ou a mobilização dos procedimentos e resultados do trabalho científico para a revolução social. Nos quadros da ditadura, acentuava-se essa dimensão política do conhecimento sociológico, articulando as exigências da objetividade crítica às responsabilidades políticas e à participação militante dos intelectuais.

Naquele contexto, os sociólogos e economistas que gravitavam em torno do CEBRAP atuaram no estabelecimento de um campo disciplinar que é também político, cujas principais motivações conceituais e análises da sociedade brasileira diziam respeito diretamente às polêmicas internas da ciência social, mas eram profundamente informadas pelo contexto sócio-econômico crítico do “milagre econômico”, pela irrupção dos movimentos sociais de base popular nas grandes cidades brasileiras, pela pujança editorial incipiente da imprensa alternativa e das editoras de esquerda.

A caracterização desses jornais como partidos, ou seja, aparelhos privados de hegemonia, permite a definição daqueles cientistas sociais como agentes organizadores da frente oposicionista. O engajamento político-partidário de cada um desses intelectuais na passagem para a década de 1980 e sua posterior participação na imprensa “livre” não se explicam sem a experiência anterior em *Movimento*, *Opinião* e outras iniciativas editoriais. A diversificação dos rumos políticos desses intelectuais e a guinada liberal de alguns de seus líderes nas décadas de 1980 e 1990 são processos que extrapolam as dimensões deste texto.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

14

Mas a sua experiência na imprensa alternativa dos anos 1970 refletiu a configuração de uma sociologia que, nas condições sociais e políticas em que se desenvolveu, precisou assumir, na expressão certa de Florestan, “a irrupção dos conflitos sociais no horizonte intelectual do sociólogo e na *performace* da explicação sociológica”.¹¹

¹¹ *ibidem*

15

AGUIAR, Flávio. *A Palavra no Purgatório: literatura e cultura nos anos 70*. São Paulo: Boitempo, 1997.

_____. “Imprensa Alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo”. In: MARTINS, Ana Luiza & DE LUCCA, Tânia Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 233-249.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Tomando Partido, Formando Opinião: cientistas sociais, imprensa e política*. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1969-1984)*. Vozes, Rio de Janeiro: 1984.

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n.65, São Paulo, outubro de 2007. pp. 17-31.

COSTA, Emilia Viotti da. “A Dialética Invertida”. *Revista Brasileira de História*, v.14, n.27. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson & NOGUEIRA, Marco Aurélio(orgs.) *Gramsci e a América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, p. 23.

_____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

16

LAHUERTA, Milton. “Intelectuais e resistência: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil”. *Caderno AEL*, Campinas, n. 14/15, p. 35-53, 2001.

MACHADO, José Antônio Pinheiro. *Opinião x Censura: momentos da luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

_____. “Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais”. In: *História das Ciências Sociais no Brasil*. V.1. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/IDESP, 1989.

MOREIRA, Sonia Virginia. *O Poder da Imprensa Alternativa pós 64: Histórico e Desdobramentos*. Rio de Janeiro: Antologia Prêmio Torquato Neto, RIOARTE, 1985

ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SORJ, Bernardo. *A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

VIANNA, Luiz Werneck. “A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa”. In: *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/ Revan, 1997, p. 173-222.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992. pp.57-87